



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

A associação de trabalhadores difere daquela dos demais seres humanos?

Adhemar Lourenço da Silva Jr.*

Esta comunicação, como já enunciado no resumo, pretende responder à pergunta que está no título, acerca do caráter diferenciado (ou não) das associações voluntárias de trabalhadores. É comum na historiografia brasileira que os resumos sejam elaborados antes dos papers e este, particularmente, sofre de um segundo mal: por ter sido escrito em meados de maio de 2010, mas apresentado em outubro do mesmo ano, espero que venha a ganhar em sobriedade, procedimento que, conforme espero, seja capaz de limpar um pouco o aspecto provocativo do texto por ora elaborado. Esclarecer esse tipo de dimensão é importante, porque há dois objetivos nesta comunicação. O primeiro é proceder a uma crítica dos usos do termo “identidade” na historiografia; o segundo desses objetivos é

* Professor da Universidade Federal de Pelotas. Este texto deve às reflexões permitidas pela FAPERGS, por conta do financiamento da pesquisa *O Associativismo no Rio Grande do Sul (1920-1950)*. O autor pede que este rascunho não seja citado, sem prévio contato, que pode ser feito pelo e-mail adhemarj@ufpel.edu.br.

saber se os trabalhadores que vimos abordando têm algo de especial, e o que é este “especial”, caso exista.

Talvez o mais correto fosse dividir este paper em duas partes, cada um respondendo a um objetivo. Contudo, o incômodo que a “identidade” vem causando à historiografia leva a priorizar o primeiro objetivo, apenas esboçando os elementos que responderiam ao segundo.

Dito isto, quero criticar os usos de “identidade” com base em 4 argumentos, cada um deles repetido e desenvolvido nas seções a seguir.

1 – “Identidade” é um termo que tem promovido a atenção das pesquisas de história do trabalho para outros fenômenos que não, exclusivamente, a clássica “história do movimento operário”.

2 – Ao se incorporarem muitos fenômenos à “identidade”, a fortuna de seus usos oscila entre a descrição e o significado genérico de “percepção ou sentimento de pertença”.

3 – A “percepção ou sentimento de pertença” é muito mais simples de ser investigado quando enunciado pelos nativos, e corroborado objetivamente. Caso sua enunciação tenha outra natureza (por exemplo, étnica), o caráter dessa “identidade” tende a ser deixado de lado pela historiografia do trabalho.

4 – Toda “identidade” enunciada tem um caráter ficcional, senão mítico, com claros intentos políticos. O que os pesquisadores e pesquisadoras devemos fazer é a opção entre o discurso nativo e o discurso da ciência onde, nesse último caso, a “identidade” pode ser fenômeno, não objeto de investigação.

Como já ficou claro, este paper tem um caráter de reflexão metodológica, só possível pela circunstância de há muito vir debatendo a questão com diversos colegas. Enumerá-los tenderia à deselegância, quando certamente me esqueceria de alguém, e, ademais, creio que o resultado da discussão que teremos a seguir pode ajudar a consolidar, revisar ou ratificar posições (três alternativas a que também este texto está submetido). Não obstante, é evidente que assumo eu as responsabilidades pelos equívocos do texto que segue.

1 – “Identidade” é um termo que tem promovido a atenção das pesquisas de história do trabalho para outros fenômenos que não, exclusivamente, a clássica “história do movimento operário”.

Essa afirmação está muito longe de ser apenas uma impressão subjetiva (imagino que facilmente compartilhável entre nós), e as evidências abaixo não-lo demonstram.

É visível a impressionante frequência com que “identidade” aparece como termo de largo uso, tanto no discurso científico quanto no discurso político, e mesmo no discurso do senso comum com alguma instrução. Uma evidência clara dessa frequência aparece em procedimentos lexicométricos que aproveitam a facilidade de circulação eletrônica de textos. Foram encontrados mais de 45 milhões de usos do termo em páginas de internet, distribuídos conforme o Quadro 1

Quadro 1: Ocorrências do termo “identidade”

	Português	Espanhol	Inglês	Italiano	Francês
“identidade é”	117000	836000	2510000	385000	27900000
“identidade não é”	258000	125000	459000	282000	12800000

Pesquisa Google (www.google.com) em 27 abr. 2010.

Dois elementos chamam a atenção neste Quadro 1. O primeiro deles é o extraordinário volume de referências em francês para a “identité”, deixando evidente que a origem – ou, pelo menos o provável centro intelectual de onde provém a preocupação – é francófona. Mas existe também um segundo elemento relevante neste quadro 1: o descompasso lusófono no uso do termo, uma vez que é, dentre as línguas analisadas, a única na qual, com mais frequência, dizemos aquilo que “identidade” não é, do que aquilo que ela é.

O Quadro 2, também efeito de uma pesquisa no Google, traz evidências de bastante menor credibilidade, porque não incorpora a imensa gama de variedades que a adjetivação da “identidade” pode sofrer nas línguas acima trabalhadas. É possivelmente, uma evidência que, apenas porque demandou trabalho, aqui trago, na certeza de que colegas terão o que criticar.

Quadro 2: Ocorrências de variantes de “identidade operária”

Termos da pesquisa	Ocorrências
identidade operaria	3180
identidad obrera	5990
labor identity	17900
labour identity	5950
identite ouvriere	9800
identidad trabajadora	439
identita dei laboratori	390000

Fonte: Pesquisa Google (www.google.com) em 09 maio 2010.

É evidente que a adjetivação da “identidade” para os interesses da historiografia do trabalho não tem a mesma capacidade sedutora que o termo tem para os usos eventualmente trazidos no Quadro 1. Mas é necessário distinguir o quanto dessa adjetivação é específica da produção acadêmica, ou, ao contrário, provém do mesmo tipo de fonte que incorporamos às pesquisas. Em que pese a relativa fragmentação dos bancos eletrônicos de teses, o descompasso entre a produção acadêmica (e nela, a historiografia do trabalho) e os discursos de outra natureza pode ser constatado a partir de uma pesquisa no metabuscador Cyberthesis.net, cujos números são bem menores do que os apresentados nos quadros anteriores.

Quadro 3: Ocorrência de várias expressões em trabalhos acadêmicos

Termos da pesquisa	Ocorrências
identidad	442
identidad obrera	2
identidad trabajadora	1
identidade	280
identidade trabalhadora	2
identidade operária	0
identity	931
labor identity	11
labour identity	3

Fonte: www.cybertesis.net, consultado em 09 maio 2010

Dada essa desproporção entre a frequência do uso do termo “identidade” em discursos de diferentes naturezas e seu uso na historiografia do trabalho, é interessante indagar até que ponto esse tópico é relevante nas formas de escrever história utilizadas no Brasil. É neste ponto que o portal do GT Mundos do Trabalho (<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/>) se torna um dos principais aliados nesta investigação, uma vez que ali está consolidada a produção acadêmica recente, proveniente de diferentes universidades, abordando diferentes tópicos. Às teses e dissertações ali disponíveis, foram acrescentadas algumas outras que, seja por terem sido orientadas por membros do GT, seja por ampliarem o universo empírico para a diversidade capaz de conferir maior credibilidade aos argumentos aqui enunciados, permitem constatar que a “identidade” é também uma preocupação nossa. Com efeito, em 39 trabalhos acadêmicos investigados segundo o procedimento lexicométrico, em 37 deles a palavra “identidade”

apareceu 1418 vezes, perfazendo uma média de quase 40 vezes em cada dissertação ou tese.¹

¹ Os trabalhos nos quais “identidade” apareceu foram os seguintes: ALVES, Teresa Vitória Fernandes. ‘O Gráfico’: Representações da vida e da sociedade do Brasil na Primeira República. Juiz de Fora, dissertação (História-UFJF), 2007. ALVES, Walter de Assis. Trabalhadores têxteis em Três Lagoas-MS: experiências de trabalho, práticas sociais e atuações políticas. Uberlândia, dissertação (História – UFU), 2009. AMORIM, Ailana Cristina de. Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2006. ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. Entre a revolução e o corporativismo: a experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930. São Paulo, dissertação (História Econômica-USP), 2006. BARTZ, Frederico Duarte. O Horizonte Vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2008. BILHÃO, Isabel Aparecida. Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920). Porto Alegre, tese (História-UFRGS), 2005. CASTELLUCCI, Aldrin A. S.. Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República. Salvador, tese (História-UFBA), 2008. CHAVES, Marcelo Antonio. Da periferia ao centro da(o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925 – 1945. Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2005. CORRÊA, Anderson Romário Pereira. Movimento operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 – 1929). Porto Alegre, dissertação (História-PUCRS), 2010. CORRÊA, Larissa Rosa. Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964. Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2007. ESPERANÇA, Clarice Gontarski. A greve da oficina de chumbo. O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984). Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2007. FORTES, Alexandre. ‘Nós do Quarto Distrito...’ A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese (História-UNICAMP), 2001. FRACCARO, Glaucia Cristina Frandian. Morigerados e revoltados. Trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920). Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2008. KAREPOVS, Dainis. A Esquerda e o Parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930). São Paulo. Tese (História-USP), 2002. KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). Campinas, tese (História Social do Trabalho-UNICAMP), 2006. LEUCHTENBERGER, Rafaela. “O Lábaro protetor da classe operária”. As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2009. LONER, Beatriz Ana. Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937. Porto Alegre, 1999. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – IFCH, UFRGS, 1999. MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Filhos do Trabalho, Apóstolos do Socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905). Recife, dissertação (História, UFPE), 2004. MONTEIRO, Claudia. “Fora dos trilhos”: as experiências da militância comunista na rede de viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945). Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2007. MORAIS, Nágila Maia de. “Todo cais é uma saudade de pedra”: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904). Fortaleza, dissertação (História – UFCE), 2009. MOREIRA, Vagner José. Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964. Uberlândia, tese (História – UFU), 2009. NOMEINI, Paula Christina Bin. Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930). Dissertação de mestrado (História-UNICAMP, 2007). OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Mobilização operária na República excludente. Um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2003. OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. Entre o Prata e Mato Grosso: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930. (Buenos Aires, Montevideu, Assunção e Corumbá). Campinas, tese (História – UNICAMP), 2002. PEDROZA, Manoela da Silva. Engenhocas da moral: Uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX). Campinas, tese (Ciências Sociais – UNICAMP), 2008. PEREIRA, Joana Dias. Sindicalismo Revolucionário – a história de uma Ideia. Lisboa (História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa), 2008. QUEIRÓS, César Augusto B.. O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895-1919). Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2000. REZENDE, Vinícius Donizete de. Anônimas da História: Relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980 (Franca – SP). Franca, dissertação (Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP), 2006. RIBEIRO JÚNIOR,

Para além do procedimento lexicométrico, é fácil constatar que, na maior parte das vezes em que o termo aparece nos trabalhos, ele não excede importantes referências bibliográficas plenamente recomendáveis na historiografia do trabalho,² ou aparece em meio a um tipo de pressa terminológica, não raramente no interior da expressão “identidade étnica”, que, com isso, tende a ser mais mencionada do que, efetivamente, discutida.³ Em todo caso, o freqüente uso do termo “identidade” não pode ser ignorado ou desprezado, porque, a partir dele, pode-se perceber a profusão de fenômenos que vem sendo investigados pela historiografia do trabalho, incorporando, por exemplo, além dos clássicos sindicatos, também os clubes sociais, desportivos, carnavalescos, religiosos que, de algum modo, conformam aquilo que os grupos de trabalhadores são.

2 – Ao se incorporarem muitos fenômenos à “identidade”, a fortuna de seus usos oscila entre a descrição e o significado genérico de “percepção ou sentimento de pertença”.

Florisvaldo Paulo. *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional*. Minas Gerais, 1888-1928. Brasília, dissertação (Programa de Pós-Graduação em História – UnB), 2008. SENA Júnior, Carlos Zacarias F. de. *Os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948*. Recife, dissertação (História, UFPE), 2007. SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004. (tese de doutorado). SIQUEIRA, Uassyr de. *Clubes e Sociedades dos Trabalhadores do Bom Retiro. Organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)*. Campinas, dissertação (História – UNICAMP), 2002. SOUZA, Samuel Fernando de. *Na esteira do conflito. Trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca (1970-1980)*. Franca, dissertação (História – UNESP), 2003. TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Manaus, dissertação (História-UFAM), 2008. VALE, Eltern Campina. *Tecendo Fios, Fazendo História: A Atuação Operária na Cidade-Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. Fortaleza, Dissertação (História Social – UFCE), 2008. VIVIAN, Diego Luiz. *Indústria portuária sul-rio-grandense: Portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964)*. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2008. Os trabalhos onde o termo não apareceu foram: SILVA, Daniel Martins de Lima. *Ativismo de mídia no Brasil: o anarquismo na belle époque*. Rio de Janeiro, dissertação (Comunicação-UERJ), 2009. SIQUEIRA, Elcio. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*. Araraquara, dissertação (História Econômica-UNESP), 2001. É fácil constatar que 3 dos trabalhos acadêmicos dispostos no Portal do GT não foram avaliados, por conta de problemas técnicos, envolvendo os formatos de arquivo: BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Anaê paulista: um estudo sobre a prática política da primeira “cidade integralista” do estado de São Paulo (1932-1943)*. Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2004. KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas, tese (História-UNICAMP), 2004. SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. Recife, tese (História-UFPE), 2008.

² Como são, por exemplo, as referências de BATALHA, Cláudio H., SILVA, Fernando Teixeira da., FORTES Alexandre. (orgs.) *Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004. BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, 12, (23 e 24), pp.111-124, set.1991/ago.1992.

³ BARTZ (op. cit.) e SIQUEIRA, U. (op. cit.) são exemplos daqueles que mencionam. FORTES (op. cit.) e BILHÃO (op. cit.), por seu turno estão entre os que discutem.

Paul Veyne, em seu ousado “Como se escreve a história”, foi capaz de intitular um de seus capítulos como “Tudo é histórico, logo, a história não existe”.⁴ Poderíamos usar da mesma argumentação para nos perguntarmos sobre aquilo que não é passível de abordagem pelo termo “identidade”. Ora, o recorte que a língua opera no real pode até ser fantasioso, caso acreditemos que o real é um continuum; não obstante, é dos poucos recursos metodologicamente eficientes para produzirmos algum tipo de saber sobre esse real. Então, é necessário que usemos a língua para definir – e, neste caso, o termo “definir” supõe os já mencionados recortes do real –, mesmo que seja por exibição, aquilo a que nos referimos.

É certo que existe uma parte da pesquisa e da própria exposição científica que comporta uma exibição, e isto também vale para a historiografia.⁵ Contudo, muitas vezes, esse procedimento central de nossa prática intelectual comparece nos textos envergonhando-se de ser uma descrição, termo que quase soa como insulto na crítica historiográfica. São nalguns desses casos que o insulto tende a ser evitado com o recurso ao termo “identidade”. Nessas condições, a aparência de conceito que tem o termo funciona, certamente, como recurso lingüístico da autoria da pesquisa, e isso raramente pode ser atribuído a algum tipo de má-fé ou intento enganoso. Creio que tende a ser efeito de certo tipo de (e me perdoem o paradoxo aqui explicitado) “senso comum acadêmico”, cuja atenção não se volta a, por exemplo, usos do termo “identidade”, que parecem normais e aceitos, mas que reage contra, por exemplo, o termo “descrição”.

Parece claro que nada tenho contra a descrição, e o caráter do termo “identidade” em alguns textos coincide (sem demérito algum, portanto) com essa qualificação. Uma evidência desse tipo de uso pode ser vista em dois exemplos (entre incontáveis outros que poderia utilizar), nos quais o termo pode ser facilmente descartado ou trocado por outro que não recenda a conceito, sem que o argumento perca qualquer elemento de sua força ou fraqueza.

ALVES, T. op. cit., 2007, p. 23	ESPERANÇA, op. cit., p. 28
“Do impressor ao tipógrafo, a ramificação de funções dentro da oficina terminava por criar uma rede de relações que construía uma identidade entre	“Nesta perspectiva, a mudança técnica no setor gráfico que coincide com o movimento grevista aqui examinado evidencia um momento extremamente

⁴ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. Ed. Brasília: UnB, 2008, p. 25 e ss.

⁵ SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Definindo e indicando. *Métis* (UCS). v. 6, p. 121-139, 2007.

homens que se sentiam ao mesmo tempo gráficos-artistas e intelectuais pois, comparados aos outros operários, dominavam a arte de ler e escrever.”	significativo para os trabalhadores atingidos por ela, não apenas por envolver questões materiais objetivas, como salário e emprego, mas porque se refere também à identidade de trabalhadores especializados e ciosos de seu saber de ofício – caso dos gráficos.”
Minha Tradução Do impressor ao tipógrafo, a ramificação de funções dentro da oficina terminava por criar uma rede de relações entre homens que se sentiam ao mesmo tempo gráficos-artistas e intelectuais pois, comparados aos outros operários, dominavam a arte de ler e escrever.	Minha Tradução Nesta perspectiva, a mudança técnica no setor gráfico que coincide com o movimento grevista aqui examinado evidencia um momento extremamente significativo para os trabalhadores atingidos por ela, não apenas por envolver questões materiais objetivas, como salário e emprego, mas por que se refere também à <i>condição</i> de trabalhadores especializados e ciosos de seu saber de ofício – caso dos gráficos.

O outro pólo ao qual o uso do termo “identidade” também pode oscilar é algum tipo de definição genérica que se refira a algo como “percepção ou sentimento de pertença”. Isso também aparece nas citações acima e, de modo geral, é assim que vem sendo utilizado por aqueles/aquelas historiadores/historiadoras que se ocupam em minimamente definir o seu vocabulário básico.

No entanto, existem vários problemas nos modos como isso é feito. O primeiro e mais grave é a utilização rápida, ou melhor, um trânsito brusco da famosa citação de Thompson (presente em muitos dos trabalhos acadêmicos aqui abordados) até algum tipo de conceito ou definição.

Vou-me permitir citar na língua original, porque isso também serve para continuar o argumento:

“And class happens when some men, as a result of common experiences (inherited or shared), feel and articulate the identity of their interests as between themselves, and as against other men whose interests are different from (and usually opposed to) theirs.”⁶

A riqueza e a qualidade da obra de Thompson não estão em debate, mas alguns usos perversos de suas palavras, que fazem, como já disse, o trânsito brusco da “identidade de interesses” (portanto, interesses idênticos) à “identidade de pessoas” (pessoas idênticas?). Esse é, certamente, um trânsito brusco porque, se o termo tivesse suficiente relevância, o termo repetido na citação não seria aquilo que há de substantivo (“interests”), revelando que a versão que mais faz sentido é aquela que adjetiva esses interesses. Além disso, o termo não aparece, por exemplo, no Índice remissivo, revelando quão pouco ele é

⁶ THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. London: Penguin, 1976?, p. 9-10.

relevante na narrativa. Contudo, alguns trabalhos incidem fazendo esse trânsito brusco que, a meu ver, não faz, efetivamente, jus à obra de Thompson, cujo horizonte retoma o caráter de “agente” dos seres humanos com respeito à sua história.

Um desses trabalhos é a tese de Isabel Bilhão que, como já dito, passa rapidamente, logo em suas primeiras páginas, da citação de Thompson à reificação do conceito, algo que alcança o cume na citação que segue: “Logo, os grupos étnicos não podem mais ser definidos isoladamente, mas como entidades que emergem da diferenciação cultural dos grupos que interagem em um contexto dado...”.⁷ É como se a autora, depois de ler e citar Bourdieu, passasse ao largo da dêixis dos discursos operários e praticamente se limitasse a descrever tais discursos, como se enunciados por esse ente denominado “identidade”, algo evidente quando a palavra “salário”, algo material e culturalmente imprescindível para pensar a condição operária, estivesse limitada às citações, não sendo, efetivamente, incorporada à sua análise..⁸

Existe, ademais, outro elemento importante nas referências à “identidade”. Como é fácil verificar, a tendência de boa parte dos estudos e mesmo textos de outras áreas é a de, por meio do termo, colocar em um mesmo foco as disposições e características coletivas e individuais. É como se fosse um meio de perceber um variado rol de situações em que, falando-se de modo geral, se percebesse a “internalização” pelos indivíduos de disposições e normas exteriores. Mas, como também é fácil de perceber, o próprio modo como construo meu discurso é debitaria de algum tipo de antropologia que admite a validade de um objeto como, por exemplo, “indivíduos”. Este é um elemento da historiografia é interessante, porque estaria assentado nalguma pretensão psicologizante do saber. Alguns dos trabalhos aqui analisados também adotam essa pretensão. E, mais uma vez, apenas os tomarei como evidências que tendem a estar razoavelmente dispersas em outros tantos textos.

Talvez um dos mais explícitos casos de pretensões psicologizantes exista na dissertação de Marcelo Antônio Chaves, que passo a citar:⁹

Números que montamos para agrupar e identificar os trabalhadores e que, paradoxalmente, ocultam as identidades profundas daquelas pessoas. Ou seja, não obstante as fontes falarem dos trabalhadores, elas não expressam necessariamente suas “falas”, mas nos fornecem dados

⁷ BILHÃO, op. cit., p. 16-18 e 109. O mesmo trabalho foi editado e a paginação corresponde à>>>>

⁸ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: O Poder Simbólico. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 116-117.

⁹ CHAVES, op. cit., p. 96.

bem “objetivos” que registram marcos importantes na vida dos indivíduos.

Outras citações possíveis podem ser encontradas nas (também) dissertações de Vinicius Donizete Rezende e de Oswaldo Acioly Maciel, que, pelo menos, assume com clareza a pretensão psicologizante:¹⁰

Basicamente, tais identidades seriam entendidas como construções políticas e sociais que constroem subjetividades a partir da comunhão de vivências, interesses e/ou determinados objetivos em comum.

Embora o autor destas linhas desgoste do psicologismo aplicado à História, isso não é motivo para criticar a produção historiográfica. Porém, existe um elemento que deve levar pesquisadores e pesquisadoras a explicitar suas concepções de ser humano, para que melhor possamos compreender o que está em jogo em nossas produções. E esse elemento é claro em um autor amiúde citado pelos interessados na “identidade”: Stuart Hall.¹¹ Ele demarca no pensamento de Freud uma das fontes das rupturas do “sujeito do Iluminismo”. Isso ocorreria porque a pretensão de racionalidade e coerência do sujeito, implícita e razoavelmente assumida por todos os que tomam “identidade” como objeto, tende a supor um tipo de violência psíquica nas narrativas de si, um tipo de violência raras vezes enunciada nos estudos de “identidade operária”, tal como aprofundado por Eduardo Leal Cunha:¹²

"Com as formulações freudianas sobre o inconsciente e o reconhecimento de uma realidade psíquica capaz de produzir efeitos sobre a subjetividade, tal narrativa só seria possível a partir de uma permanente operação de exclusão dos conteúdos inaceitáveis pelo eu, supressão de afetos e produção de angústia. Tal modo de enunciação de si, sobre o controle exclusivo do eu, poderia ser assim considerado não um processo de subjetivação, mas sim uma forma de sujeição — o que seremos levados a discutir em seguida —, e se articularia então, mais uma vez, e não por acaso, à racionalidade repressiva que é, para Marcuse, a forma privilegiada de controle das subjetividades no capitalismo moderno"

Este elemento será retomado nos pontos a seguir, mas, por ora, é prudente fazer um importante reparo: existe pelo menos um trabalho que escapa de quase todas as críticas

¹⁰ REZENDE, op. Cit. P. 70: “Dentre os trabalhadores mais velhos, formados numa estrutura produtiva anterior à grande indústria, a identidade dos mesmos se constituiu sobretudo em torno do ofício que exerceram desde os anos iniciais de vida”; MACIEL, op. cit., p. 28

¹¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pos-modernidade*. 3.ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 36-40.

¹² CUNHA, Eduardo Leal. Uma leitura freudiana da categoria de identidade em Anthony Giddens. *Ágora* (Rio de Janeiro), v. X n. 2 jul/dez 2007 p. 181

que aqui faço, que é a tese de Beatriz Ana Loner, que, ao contrário de tantos outros, a autora não toma a “identidade” como objeto, mas a toma desde uma perspectiva tipicamente nominalista, que se limita a substituir um uso matizado de “consciência de classe”.

“A utilização do conceito de consciência de classe mantém, na teorização da maioria dos autores marxistas, uma referência iniludível à questão da transformação revolucionária da sociedade, tornando-se muito difícil sua utilização para os fins do presente trabalho, no qual não se pretende imputar à classe operária qualquer finalidade ou objetivo previamente determinado. [...]

Para evitar a referência acima assinalada, preferiu-se utilizar o conceito de identidade coletiva, o qual se adequa melhor às necessidades do estudo.”¹³

Para fechar este tópico, basta assinalar que o termo “identidade”, tal como vem sendo usado na historiografia do trabalho brasileira (e me arrisco a dizer que talvez não seja um mal exclusivo nosso) justifica a descrição ou tende a substituir teorizações, explicações e/ou compreensões possíveis e necessárias em nossas pesquisas. Com isso, vimos correndo o risco de evitar a reflexão, por meio do recurso a um termo “apenas como parte do [...] vocabulário, não como parte da [...] teoria”.¹⁴

3 – A “percepção ou sentimento de pertença” é muito mais simples de ser investigado quando enunciado pelos nativos, e corroborado objetivamente. Caso sua enunciação tenha outra natureza (por exemplo, étnica), o caráter dessa “identidade” tende a ser deixado de lado pela historiografia do trabalho.

De certo modo, este argumento continua o anterior, mas destaca um elemento também importante, que toma a língua e outras ocorrências de signos como objeto de análise. É flagrante que muitos dos estudos interessados na “identidade” compreendem suas fontes como manifestações expressivas, passíveis de decodificação. Porém, isso não é exclusivo dos estudos de “identidade”, uma vez que há quase 200 anos compõem a metodologia da pesquisa histórica.

Ao se tomarem signos como objetos de análise – sofrendo, portanto, de algum modo, influências da “virada lingüística” (*linguistic turn*) –, o descompasso entre a teoria, metodologia e as técnicas de pesquisa se revela flagrante e, o que é pior, tendencialmente

¹³ LONER, op. cit., p. 29.

¹⁴ COSTA, Emilia Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 10, dez. 1998, p. 13.

incapaz de dar conta daquilo que proclamou, se não como objeto, no mínimo como fonte.¹⁵ Isso acontece, por exemplo, no freqüente uso do termo “indício” – com óbvia remissão explícita ou implícita ao texto de Ginzburg – para justificar algo que não passa de uma evidência de baixa credibilidade.¹⁶ Isso aparece em vários trabalhos, não raro no contraponto entre “indício” e evidência, ou demonstração, ou prova; ou ainda próximo de expressões como “talvez”, “parece que”. Esse contraponto, confirmando indício como um tipo de evidência de baixa credibilidade, pode ser visto em trabalhos acadêmicos que pinço ao acaso, dentre os 37 que também mencionam “identidade”:

Alguns indícios desses aspectos já puderam ser observados na narrativa que fizemos do processo que redundou na fundação do Centro Operário. Mas, agora, é o momento de fazermos tais caracterizações de modo mais sistemático...

A importância de se conquistar e obstruir a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, por ser o principal acesso à região Sul, também foi referenciada pelo Delegado, talvez isso seja indício da lembrança dos acontecimentos de 30 e 32.

as fontes nos dão indícios imprecisos...

Esses são apenas alguns indícios da circulação de militantes no Cone-Sul. Se se aprofundar na análise, recorrendo a outras fontes, talvez se chegue a uma melhor delimitação do espaço percorrido por esses lutadores, bem como a rede de solidariedade construída para dar suporte às fugas.

Esse fato relevante constitui-se um indício e evidência de experiências vividas que não podem ser reduzidas a um “movimento comunista de revolução agrária” ou “levante comunista”.¹⁷

Se são, de fato, evidências de baixa credibilidade, estar-se-ia correto em fundamentar muito dos estudos de “identidade” nelas? As menções ao “paradigma indiciário” parecem aqui pouco contribuir para o debate, mas tendo a afirmar de que este **indício** de carência reflexiva é passível de generalização para também o tema da “identidade”, uma vez que os excertos agora trazidos exibem o mesmo tipo de carência

¹⁵ De certo modo, isso coincide com PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Comentários sobre a conferência História Operária no Rio Grande do Sul, proferida pela Profa. Dra. Beatriz Loner. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. S/N, 2001, p. 89.

¹⁶ Discuti com vagar o tema em SILVA Jr., Definindo e indicando. (op. cit.) p. 136-138.

¹⁷ Respectivamente: CASTELLUCI, op. cit., p. 142; MONTEIRO, op. cit., p. 90; ARAÚJO NETO, op. cit., p. 78; OLIVEIRA, V., op. cit., p. 216; MOREIRA, op. cit., p. 13.

numa área do saber que é a nossa, que é a História. É, portanto, provável, que esse tipo de carência se aprofunde quando transitamos para conceitos da antropologia, da lingüística, da semiótica, da psicologia, etc.

Para começar esse trajeto, permito-me lançar mão de alguns textos provenientes da Antropologia. Em um deles, Regina Weber¹⁸ nos alerta para as diferenças na enunciação de termos capazes de expressar, de algum modo, aquilo que referi como “percepção ou sentimento de pertença”:

Todos estamos de acordo quanto ao fato de que há uma diferença entre a fala de membros de uma comunidade ou grupo social, tais como as que são captadas em gravadores pelos historiadores orais, e o discurso sistemático, que segue padrões de um determinado campo científico, produzido pelos intelectuais. Nas ciências humanas, a dupla mais representativa de tal diferença é a constituída pelas figuras do “nativo” e do “antropólogo”.

Esta diferença é aquela que será desenvolvida no tópico a seguir, mas que tem um impacto importante no modo como lemos as fontes que nos permitem abordar a “identidade”: ou o discurso “nativo” aborda aquilo que queremos, ou não aborda. Essa constatação, que beira a inocência leiga sobre a pesquisa histórica impõe um cuidado extremado no âmbito dos possíveis problemas de pesquisa. Ocorre que a “identidade” assume a plena consistência de um problema não quando ela é enunciada pelos nativos, mas quando **não** é enunciada. Se nos limitarmos à primeira alternativa, as problematizações possíveis circulam tão-somente no modo como são enunciados os discursos de nossas fontes, incidindo, repito agora, no caráter descritivo de algumas pesquisas. Porém, se a “identidade de trabalhador” (e congêneres) não é enunciada, é neste momento que podemos responder não apenas ao “como”, mas ao “por quê” da não-enunciação.

Se minha argumentação está correta, é mister salientar que as construções narrativas sobre a “consciência de classe”, em que pese o fato de não mais estar na moda acadêmica, tendem a ter muito maior profundidade e solidez (independente de seu conteúdo teleológico), porque procuram responder aos porquês da distância entre o caso empírico e o tipo ideal lukácsiano.¹⁹ De todo modo, mesmo perguntas adequadamente

¹⁸ WEBER, Regina. Entre o “primordial” e o “construído”: as identidades sob análise. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 1, jun. 2006, p. 189.

¹⁹ LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. s/l: Ed. PCUS, 1960 (consultado online em 10 mar. 2010 e disponível em [http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/consciencia/cap01.htm#\[11\]](http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/consciencia/cap01.htm#[11]))

formuladas com o interrogativo “por quê” nem sempre resultam em “encontrar respostas razoavelmente adequadas para elas”.²⁰

Retornando à “identidade”, a riqueza analítica de uma pesquisa proviria, com mais facilidade, de interrogações sobre a sua não-enunciação. Esse tipo de riqueza proviria, por exemplo, de não-enunciação da condição de trabalhador por aqueles que estão na condição de escravizado (se não venho ignorando a bibliografia referente, fruto de minha ignorância), que preferem se identificar de diferentes formas que talvez estejam muito distantes dos operários de seu futuro. Se isso é correto, talvez diminuíssem os fossos ainda existentes acerca do estudo do trabalho livre e do escravizado. Ampliando o raciocínio, a interrogação sobre a ausência de enunciação da “identidade” de trabalhador também poderia ser investigada no âmbito do trabalho prisional e no âmbito do trabalho doméstico, e são esses tipos e campos de interrogação que certamente ajudariam na constituição de uma “identidade” da historiografia do trabalho.

Entretanto, como trazido no começo do tópico, onde fiz referência à “identidade étnica”, haveria muito a me ser objetado, porque esta é, sobretudo, um dos temas que melhor tem comparecido na historiografia do trabalho. Então, afirmar, como faço, que esse é um caso em que nós ignoramos a enunciação de outras “identidades” seria, para dizer o mínimo, ignorância daquilo que li.

Contudo, existe um elemento que segue ratificando nossas carências reflexivas, e que provém de diversos estudos de “identidade”: é aquilo que eu denominaria de disposição horizontal das “identidades”. Não sei se sua origem está em Hall ou em qualquer outro autor, mas ela pode ser descrita como a crença de que a “identidade” do trabalhador pode ou não colidir com outras “identidades”, porque, ao fim e ao cabo, todas elas, por terem sido enunciadas (e apenas por terem sido, retomando a argumentação acima), têm relevância no mundo social. Essa é uma concepção horizontal de “identidade” porque percebe os fenômenos que recaem sob análise como em desfile, lado-a-lado, enumeráveis e, quiçá, equivalentes. Se forem, de fato, equivalentes, não haveria motivo para abordar uma única “identidade” e, com efeito, qualquer foco em quaisquer das “identidades” em desfile geraria os mesmos resultados de pesquisa.

A esse respeito é possível identificar, paradigmaticamente, nos textos aqui analisados, duas posições. A de Isabel Bilhão é enunciada com clareza em sua conclusão:

²⁰ RUDÉ, George. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Campus, 1981, p. 10

a de que a identidade operária, no caso analisado, é “dominante”, embora conviva com outras. É interessante perceber que essa é apenas a terceira vez em que a expressão “identidade dominante” aparece no texto, indicando um elemento dificilmente pensável como central em sua argumentação, que apenas utiliza várias vezes o termo “dominante” para se referir às elites e ao seu discurso.²¹ O outro paradigma pode ser visto em Alexandre Fortes, também em meio à discussão sobre identidades étnicas e as pensa como “construções imaginárias que articulam múltiplos elementos culturais, tais como língua, costumes, tradições e religião, servindo como uma poderosa base de auto-identificação para grupos sociais e indivíduos”.²² Sua posição está afinada com boa parte da produção das ciências sociais, que alerta contra a “reificação” das “identidades” e, verdade, está interessado na comunidade de um bairro operário, e não especificamente na classe operária.

A citação do trabalho de Fortes mantém uma interessante consonância com um excelente texto antropológico²³ que já tem 10 anos, e que possivelmente foi lido por apenas um dos autores de trabalhos analisados, que é o mesmo autor destas linhas:

Além disso, esse termo identidade é o clichê ou rótulo mais lábil e fluido que as Ciências Sociais jamais adotaram. Tudo quanto antes era conhecido como filiação, fidelidade, laços, vínculos, pertenças, lealdades, padrões, tradições culturais, *status*, papéis, atitude, crença, mentalidade, condição, aspecto, traço, caráter, etc., tudo hoje recebe levianamente o nome de identidade. Ora, uma noção que serve para definir tudo, não define nada.

Como é visível, muito deste meu texto deve à leitura dessa interessante avaliação muitíssimo mais erudita e que, contudo, preserva a “identificação” como conceito útil, algo que também aparece em Fortes e que, a bem da verdade, está também disperso em uns quantos trabalhos acadêmicos que o tomam como sinônimo de “identidade”. E podemos, mais uma vez, costurar o fechamento deste tópico com a citação de Fortes que toma identidade como “construção imaginária” para passar ao próximo tópico.

4 – Toda “identidade” enunciada tem um caráter ficcional, senão mítico, com claros intentos políticos. O que os pesquisadores e pesquisadoras devemos fazer é a opção

²¹ BILHÃO, op. cit., p. 256. As outras vezes estão na p. 103 e, com respeito a grupos étnicos, na p. 113.

²² FORTES, op. cit., p. 105.

²³ MENEZES, Eduardo Diatahy B. de Menezes. *Crítica da noção de identidade cultural*. Paper apresentado na XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Simpósio 02: “Subjetividade, Identidade e Brasilidade”. Brasília, jul. 2000. p. 15

entre o discurso nativo e o discurso da ciência onde, nesse último caso, a “identidade” pode ser fenômeno, não objeto de investigação.

Um dos autores certamente mais lidos pela historiografia do trabalho brasileira é Hobsbawm e, nas bibliografias dos trabalhos analisados, muitas vezes seu nome é encontrado. No entanto, apenas dois trabalhos elencam em sua bibliografia, sem citar ou discutir, o *Sobre História*, coletânea de artigos onde aparece um texto que, se foi lido, foi solenemente ignorado: “Não basta a história de identidade”.²⁴ O autor recompõe uma série de outros argumentos já desenvolvidos em sua obra, mas tem no texto a preocupação central de reivindicar para historiografia a necessidade do respeito à evidência, em lugar dos discursos memorialistas. Esses podem ser objeto de investigação, mas não têm a mesma natureza do discurso histórico que pode até não ser científico, mas muito dista da ficção propriamente dita. Não penso que esse argumento seja recusável na historiografia do trabalho, mas em uma série de passagens, Hobsbawm destaca o caráter inventado, e mesmo perigoso, da “identidade”, sobretudo nacional, mas não somente, como revelado em vários trechos:²⁵

É inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes.

.....
Hoje o seu papel público mais importante [dos historiadores] é praticar seu ofício de forma a constituir *pour la nationalité* (e para todas as demais ideologias de identidade coletiva) *un danger*.

.....
As safras que cultivamos em nossos campos podem terminar como alguma versão do ópio do povo.

Em outras tantas críticas, o alvo não é apenas a “reificação” dos discursos de “identidade” (inclusive em Stuart Hall!), mas a necessidade de distinção entre um discurso próprio do “nativo” (independente do quanto o termo agora funcione como metáfora) e uma linguagem que guarde, no mínimo, algum distanciamento.²⁶ E isso deve acontecer, na maior parte das vezes, porque os discursos de “identidade” têm sempre por objetivo o enunciar o direito à existência e reconhecimento de algum grupo. Assim, a emergência desses discursos supõe algum tipo de mudança em alguma esfera (por exemplo, cultural,

²⁴ HOBSBAWM, Eric. Não basta a história de identidade. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 281-292. Os textos que elencam o *Sobre História* na Bibliografia são os de BILHÃO, op. cit. E o de TELES, op. cit.

²⁵ *Ibidem*, respectivamente p. 285, 288-289, 291.

²⁶ HALL, op. cit., p. 38; CUNHA, loc. cit.; WEBER, p. 190.

social, econômica, política, e pode ser mais do que uma) que só pode ser percebida historicamente quando comparadas as condições anteriores e posteriores a essa emergência. Caso contrário, nos limitaremos a descrever a “identidade”.

É patente que a estabilidade e a permanência no tempo dos discursos de “identidade”, no mais das vezes, têm uma pretensão política (tomando política em sentido amplo, capaz de se desenvolver em diferentes campos da sociedade), porque reivindica para o grupo a capacidade de, pelo menos, partilhar dos mecanismos de dominação. E considero sintomático que muitos dos autores aqui abordados provenham do Rio Grande do Sul, talvez porque, nesse estado (onde também vivo) há eloquência e profusão de discursos identitários, sobretudo os focados na comparação entre o estado e o país. O sentido político dos discursos identitários, porém, deveria acometer os historiadores do trabalho com uma preocupação ética. Se os discursos identitários dos trabalhadores são mitos que facultam a ação política e, ademais, é improvável que exista algum historiador do trabalho que não tenha, no mínimo, tendências política de esquerda, como é possível sabotar a pretensão dos nossos objetos de pesquisa por meio da desconstrução, destruição, desmitificação, etc. de suas construções? Talvez seja essa uma das razões para a preferência de uso do termo, inclusive na historiografia. E, talvez, um dos usos mais confortáveis, capazes de evitar o dilema ético, seja o descrever e usar o termo que, como já demonstrado no início do Tópico 1, é de largo uso hodierno. Isso significaria falar **como** os “nativos”, talvez na esperança de falar **com** esses “nativos”. Creio que Hobsbawm fornece suficientes argumentos em contrário, porque avalia que a qualidade do trabalho historiográfico supõe o compromisso com a verdade, e talvez seja isso que podemos, de fato, oferecer aos nossos “nativos”. Oferecer-lhes a ratificação da “identidade” pelo discurso científico acrescenta pouco aos discursos que a própria classe é capaz de produzir e acrescenta pouco também à historiografia que, ao descrever, por meio do psicologismo, os procedimentos intencionais dos heróis, não estaria muito afastada dos procedimentos da escola metódica, apenas cambiando a individualidade dos heróis nacionais pela classe.

Há poucas dúvidas de que o termo “identidade” designa um conjunto de fenômenos que merecem nossa atenção. Mas fenômenos não têm a mesma natureza dos objetos, e existe o risco de que a ausência de distinção crie uma historiografia que, ao invés de tomar a Sociedade, a Classe, o Capital, o Partido, a Consciência, os seres humanos (e a lista pode ser aumentada segundo a preferência) como sujeitos do processo

histórico, tome a “identidade” como sujeito que, erguida à posição de objeto, pode configurar uma estrutura mais poderosa da qual provém toda transformação.

Mais vale pensá-la como o nome de um conjunto de fenômenos ou, quando muito, uma noção capaz de dirigir nossa atenção a fontes de pesquisa diferentes daquelas que vêm sendo trabalhadas. E esse é, de fato, o mérito da historiografia da “identidade”. Mas se é fenômeno, ou noção, a tarefa científica da historiografia é organizar, catalogar, dispor, definir, perceber e hierarquizar efeitos e causas.²⁷

5 – As associações de trabalhadores diferem daquelas dos demais seres humanos?

Como já antecipado, já muito me excedi na discussão da “identidade”. Mas agora, depois dessa discussão, a relevância da pergunta parece clara. E, de resto, a interrogação sobre associações voluntárias aparece em textos já antes mencionados.²⁸ E são duas as respostas que dou, que serão o suficiente genéricas por conta do espaço disponível e porque a pesquisa que vêm motivando as reflexões até agora empreendidas ainda não terminou.

A primeira é que sim, que as associações voluntárias de trabalhadores são diferentes de outras por conta da condição de classe de seus associados e dos interesses de classe, quando enunciados. A condição de classe dos associados é relevante para pensarmos que, no caso padrão do trabalhador manual assalariado, existem dois fatores que condicionam e, eventualmente, limitam a associação. O primeiro deles são os ganhos dos sujeitos, que funcionam como limitação à filiação a tantas associações quantas se quiser. Este é um dos principais problemas de considerar aquilo que denominei de “disposição horizontal das identidades”, porque, se essa “identidade” é múltipla e contingente, ela não pode servir para explicar porque tal associação foi escolhida pelo

²⁷ Neste sentido, confesso que me frustraram as eventuais críticas a meu mais importante trabalho, que é a tese aqui referenciada. Posso ter incorrido em erro, mas certamente não em desatenção às pretensões científicas ao classificar elementos da “ordem material” e “ordem espiritual” na imputação causal das sociedades de socorros mútuos. NOMELINI, (op. cit., p. 15) e LEUCHTENBERGER (op. cit., p. 11) recusam as categorias e se contentam, como diz a última, em “compreender identidade de maneira histórica, e, portanto, em constante transformação, mudando-se e ampliando-se de acordo com as relações desenvolvidas e as experiências vivenciadas pelos sujeitos, de forma que, como aponta Paula Nomelini ‘um agente histórico pode identificar-se de diferentes maneiras simultaneamente, sem que uma exclua a outra’”. Isso é um argumento comum à historiografia do trabalho, que eleva a contingência, de variável de análise típica da pesquisa histórica, a objeto.

²⁸ Além de BATALHA, op. cit., o mesmo autor, embora nada fale de “identidade”, fala com muito acuidade das associações: BATALHA, Cláudio H. M.. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, n. 8, dezembro 1997, p. 91-99.

trabalhador em lugar de outra. Em suma, a “identidade” (ou, melhor dizendo, a identificação) é **efeito** da associação voluntária e não causa. Do mesmo modo, as limitações de tempo são relevantes para saber por que não existem tantas filiações quanto desejos, especialmente porque o trabalho assalariado usualmente consome parte considerável de seu tempo. Claro que esses elementos materiais da(s) classe(s) podem variar e ser especialmente problemáticos quando as identificações agrupam sujeitos em condições sociais distintas, assalariados por peça ou por tempo, autônomos ou assalariados (e, eventualmente, patrões), etc. Então é conhecida, no Rio Grande do Sul, a disputa entre Sindicatos Rurais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que, segundo os latifundiários, deveriam agregar apenas os assalariados e que, hoje em dia, agregam assalariados e pequenos produtores.²⁹ Neste sentido, descrever a contingência avança pouco na conformação teórica acerca do peso da condição social na conformação de associações, que deve apenas preceder a tentativa de teorizar.

Da mesma forma, o estudo dos interesses de classe – e não os estou reificando, porque suponho sua enunciação – é relevante, porque as pretensões e as possibilidades de ascensão social podem configurar estratégias privadas e públicas, amiúde misturadas, que podem levar trabalhadores a grupos religiosos, por exemplo, de diferentes naturezas. Desse modo, a enunciação de interesses que são atribuídos à classe, pensada como sujeito coletivo, está normalmente associada aos discursos de “identidade”, porque, se não for explicitado de certo modo o mito, os mesmos trabalhadores podem estar num sindicato, como poderiam estar numa mutual aberta ou numa loja maçônica.

Contudo existe também outra resposta à questão que encima este tópico. E é a resposta negativa sobre a diferença na associação de trabalhadores. Alguns elementos que supõem outras possibilidades já foram enunciados acima, mas posso resumi-los em três pontos sobre os quais serei muito breve. O primeiro é que limites de ganhos existem em qualquer grupo social, quando é um princípio de Economia a escassez. É certo que para a burguesia esses limites são bem mais dilatados (portanto menores) do que para o proletariado, e, talvez por isso, os membros das elites normalmente tenham vários vínculos associativos, também porque dispõem de mais tempo. Do mesmo modo, interesses existem em quaisquer associações voluntárias, e a pesquisa histórica tende a se limitar

²⁹ NORA, Helenice Aparecida Derkoski Dalla. *A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen*. Passo Fundo, dissertação (História-UPF), 2002, p. 79-80.

àquelas que estão explícitas nas finalidades de estatutos. E, por fim, um elemento que não apareceu na resposta positiva, foram os procedimentos de gestão, algo que também existem em qualquer associação voluntária. Conhecer cargos, mandatos, forma de escolha, etc. poderia revelar que, por exemplo, como imagino, as associações de trabalhadores sejam formalmente mais democráticas do que grupos religiosos, uma vez que nestes pode haver critérios sacros para a liderança.

Espero que não se diga que este paper não tem conclusão, apenas porque aponto duas possibilidades de resposta que, estas sim, dependem da contingência enquanto não formalizarmos melhor a teoria. Este texto quer colaborar nesse sentido, ao propor a discussão metodológica que, do mesmo modo que supõe a diferença dos trabalhadores, tenta estabelecer critérios de comparação que quiçá permitam saber se existe ou não algo que seja dos trabalhadores. E a conclusão é que, se existe esse algo que os trabalhadores **têm**, certamente não é a “identidade”, uma vez que eles são, se pensam, se dizem, se representam, etc. enunciar os processos de identificação com verbos atende melhor à idéia de processo, e extingue a necessidade da referência a essa “(id)entidade”.

Bibliografia

- ALVES, Teresa Vitória Fernandes. *‘O Gráfico’: Representações da vida e da sociedade do Brasil na Primeira República*. Juiz de Fora, dissertação (História-UFJF), 2007.
- ALVES, Walter De Assis. *Trabalhadores têxteis em Três Lagoas-MS: experiências de trabalho, práticas sociais e atuações políticas*. Uberlândia, dissertação (História – UFU), 2009.
- AMORIM, Ailana Cristina de. *Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2006.
- ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. *Entre a revolução e o corporativismo: a experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930*. São Paulo, dissertação (História Econômica-USP), 2006.
- BARTZ, Frederico Duarte. *O Horizonte Vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2008.
- BATALHA, Cláudio H. M.. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, n. 8, dezembro 1997, p. 91-99.
- BATALHA, Cláudio H., SILVA, Fernando Teixeira da., FORTES Alexandre. (orgs.) *Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, 12, (23 e 24), p. 111-124, set.1991/ago.1992.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920)*. Porto Alegre, tese (História-UFRGS), 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O Poder Simbólico*. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. Anauê paulista: um estudo sobre a prática política da primeira “cidade integralista” do estado de São Paulo (1932-1943). Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2004.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S.. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Salvador, tese (História-UFBA), 2008.
- CHAVES, Marcelo Antonio. *Da periferia ao centro da(o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925 – 1945*. Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2005.

- CORRÊA, Anderson Romário Pereira. *Movimento operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 – 1929)*. Porto Alegre, dissertação (História-PUCRS), 2010.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964*. Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2007.
- COSTA, Emilia Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 10, dez. 1998, p. 7-22.
- CUNHA, Eduardo Leal. Uma leitura freudiana da categoria de identidade em Anthony Giddens. *Ágora* (Rio de Janeiro), v. X n. 2 jul/dez 2007 p. 171-186.
- ESPERANÇA, Clarice Gontarski. *A greve da oficina de chumbo. O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)*. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2007.
- FORTES, Alexandre. *‘Nós do Quarto Distrito...’ A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Tese (História-UNICAMP), 2001.
- FRACCARO, Glaucia Cristina Frandian. *Morigerados e revoltados. Trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)*. Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2008.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pos-modernidade*. 3.ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOBBSBAWM, Eric. Não basta a história de identidade. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 281-292.
- KAREPOVS, Dainis. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo. Tese (História-USP), 2002.
- KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas, tese (História-UNICAMP), 2004.
- KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Campinas, tese (História Social do Trabalho-UNICAMP), 2006.
- LEUCHTENBERGER, Rafaela. *“O Lábaro protetor da classe operária”. As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932)*. Campinas, dissertação (História-UNICAMP), 2009.
- LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937*. Porto Alegre, 1999. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – IFCH, UFRGS, 1999.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. s/l: Ed. PCUS, 1960 (consultado online em 10 mar. 2010 e disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/consciencia/cap01.htm#>
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do Trabalho, Apóstolos do Socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905)*. Recife, dissertação (História, UFPE), 2004.
- MENEZES, Eduardo Diatany B. de Menezes. *Crítica da noção de identidade cultural*. Paper apresentado na XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Simpósio 02: “Subjetividade, Identidade e Brasilidade”. Brasília, jul. 2000.
- MONTEIRO, Claudia. *“Fora dos trilhos”: as experiências da militância comunista na rede de viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945)*. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2007.
- MORAIS, Nágila Maia de. *“Todo cais é uma saudade de pedra”: repressão e morte dos trabalhadores catareiros (1903-1904)*. Fortaleza, dissertação (História – UFCE), 2009.
- MOREIRA, Vagner José. *Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964*. Uberlândia, tese (História – UFU), 2009.
- NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. Dissertação de mestrado (História-UNICAMP), 2007).
- NORA, Helenice Aparecida Derkoski Dalla. *A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen*. Passo Fundo, dissertação (História-UPF), 2002.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente. Um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2003.
- OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Entre o Prata e Mato Grosso: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930. (Buenos Aires, Montevidéu, Assunção e Corumbá)*. Campinas, tese (História – UNICAMP), 2002.
- PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral: Uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. Campinas, tese (Ciências Sociais – UNICAMP), 2008.

- PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo Revolucionário – a história de uma Idea*. Lisboa (História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa), 2008.
- PETERSEN, S. R. F. . Comentários sobre a conferência HISTÓRIA OPERÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL, proferida pela Profa. Beatriz Loner. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. S/N, p. 81-92, 2001.
- QUEIRÓS, César Augusto B.. *O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895-1919)*. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2000.
- REZENDE, Vinícius Donizete de. *Anônimas da História: Relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980 (Franca – SP)*. Franca, dissertação (Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP), 2006.
- RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928*. Brasília, dissertação (Programa de Pós-Graduação em História – UnB), 2008.
- RUDÉ, George. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. Recife, tese (História-UFPE), 2008.
- SENA Júnior, Carlos Zacarias F. de. *Os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948*. Recife, dissertação (História, UFPE), 2007.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004. (tese de doutorado).
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Definindo e indicando. *Métis (UCS)*, v. 6, p. 121-139, 2007.
- SILVA, Daniel Martins de Lima. *Ativismo de mídia no Brasil: o anarquismo na belle époque*. Rio de Janeiro, dissertação (Comunicação-UERJ), 2009.
- SIQUEIRA, Elcio. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*. Araraquara, dissertação (História Econômica-UNESP), 2001.
- SIQUEIRA, Uassyr de. *Clubes e Sociedades dos Trabalhadores do Bom Retiro. Organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)*. Campinas, dissertação (História – UNICAMP), 2002.
- SOUZA, Samuel Fernando de. *Na esteira do conflito. Trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca (1970-1980)*. Franca, dissertação (História – UNESP), 2003.
- TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Manaus, dissertação (História-UFAM), 2008.
- THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. London: Penguin, 1976?
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
- VALE, Eltern Campina. *Tecendo Fios, Fazendo História: A Atuação Operária na Cidade-Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. Dissertação (História Social – UFCE), 2008.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. Ed. Brasília: UnB, 2008.
- VIVIAN, Diego Luiz. *Indústria portuária sul-rio-grandense: Portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964)*. Porto Alegre, dissertação (História-UFRGS), 2008.
- WEBER, Regina. Entre o “primordial” e o “construído”: as identidades sob análise. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 189-197, jun. 2006.